DOI: 10.30612/mones.v14i28.19376

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Entre Ocidente e "não Ocidente": Ideias de Brasil em Paulo Nogueira Batista e José Guilherme Merquior

Victor Tibau
Universidade de Brasília (UnB)
Brasília-DF, Brasil
E-mail: victor.oliveiratibau@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0654-0150

Resumo: Este artigo resgata a inesperada convergência entre os reconhecidamente antagônicos embaixadores Paulo Nogueira Batista e José Guilherme Merquior em suas definições sobre a identidade internacional do Brasil como algo híbrido: simultaneamente tanto ocidental quanto não ocidental. O estudo sobre esse episódio da história da política externa brasileira permite analisar a maneira pela qual o processo de concepção da identidade nacional articula-se com a definição e a defesa dos interesses nacionais. Especificamente, a análise dos textos evidencia que Batista defendeu "dupla inserção internacional", uma estratégia pragmática em rejeição a alinhamentos excludentes, enquanto Merquior propôs o conceito de "outro Ocidente", conciliando defesa da modernização com a herança cultural e histórica do país. O artigo busca, também, demonstrar que essa convergência se insere em tradição interpretativa anterior e na tradição diplomática brasileira. Demonstra, enfim, como os textos acabaram, eles próprios, inserindo-se no espaço de disputa sobre a identidade brasileira, contribuindo com a permanência até hoje dessa tradição interpretativa.

Palavras-chave: política externa brasileira; identidade internacional; hibridismo cultural

Between the West and the "non-West": Ideas of Brazil in Paulo Nogueira Batista and José Guilherme Merquior

Abstract: This article revisits the unexpected convergence between the openly antagonistic ambassadors Paulo Nogueira Batista and José Guilherme Merquior in their views of Brazil's international identity as hybrid, simultaneously Western and non-Western. The study of this episode in the history of Brazilian foreign policy allows us to examine how the process of defining national identity interacts with the conception and defense of national interests. Specifically, it analyzes how their writings show that Batista defended a "dual international insertion", a pragmatic strategy that rejects exclusionary alignments, whereas Merquior advanced the notion of an "other West," reconciling advocacy of modernization with the country's cultural and historical heritage. The article also seeks to demonstrate that this convergence is rooted in an earlier interpretive lineage and in Brazilian diplomatic tradition. Finally, it shows how these texts themselves came to occupy a place in the struggle over Brazilian identity, helping sustain that interpretive tradition to this day.

Key-words: Brazilian foreign policy; international identity; cultural hybridity.

Entre el "Occidente" y el "no Occidente": Ideas de Brasil en Paulo Nogueira Batista y José Guilherme Merquior

Resumen: Este artículo rescata la inesperada convergencia entre los reconocidamente antagónicos embajadores Paulo Nogueira Batista y José Guilherme Merquior en sus definiciones de la identidad internacional de Brasil como algo híbrido: simultáneamente tan occidental como no occidental. El estudio de ese episodio de la historia de la política exterior brasileña permite examinar cómo el proceso de concepción de la identidad nacional se articula con la definición y la defensa de los intereses nacionales. El análisis de sus textos evidencia que Batista defendió una "doble inserción internacional", una estrategia pragmática que rechaza alineamientos excluyentes, mientras que Merquior propuso el concepto de "otro Occidente", conciliando la defensa de la modernización con la herencia cultural e histórica del país. El artículo procura, asimismo, demostrar que esta convergencia se inscribe en una tradición interpretativa previa y en la tradición diplomática brasileña. Demuestra, por último, cómo estos textos llegaron a insertarse en el ámbito de disputa sobre la identidad brasileña, contribuyendo a la permanencia de dicha tradición interpretativa hasta nuestros días.

Palabras clave: política exterior brasileña; identidad internacional; hibridismo cultural.

Recebido em 17/12/2024
Aceito em: 27/08/2025

CC BY NC SA

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é, a partir do resgate de episódio histórico da política externa brasileira, examinar a influência das ideias na formulação da política externa, especialmente em contextos de reordenamento sistêmico (doméstico e/ou internacional). O episódio analisado é a inesperada convergência entre os embaixadores José Guilherme Merquior (1941-1991) e Paulo Nogueira Batista (1929-1994) em suas concepções sobre a identidade do Brasil como algo híbrido, simultaneamente tanto ocidental quanto não ocidental. O contexto é o Brasil da década de 1980, quando internamente se vivia o processo de transição democrática, enquanto o mundo passava pelos anos finais da Guerra Fria.

Esses dois embaixadores foram escolhidos por representarem, no Itamaraty, campos antagônicos do debate público do Brasil naquele momento de transição: enquanto Merquior articulava publicamente um projeto de modernização de base liberal, Batista, representante de tendências cepalinas e desenvolvimentistas, firmava-se como conhecida resistência a esse projeto. Ambos publicaram, contudo, quase simultaneamente, textos nos quais constata-se surpreendente convergência de retórica diplomática. A coincidência cronológica da produção e publicação dos textos, aliada à semelhança no diagnóstico neles registrado, foi o critério primordial para sua seleção.

Parte-se de breve apreciação do contexto histórico no qual os textos foram escritos, que busca também caracterizar esses dois influentes diplomatas. A partir disso, propõe-se a analisar detidamente essa referida produção textual. Trata-se, aqui, de "O Ocidente e o Terceiro Mundo[1]: Aspectos políticos" (Batista, 1983) e "*Power and Identity: Politics and ideology in Latin America*" (Merquior, 1984).

Ao demonstrar que há convergência entre os textos analisados, interpreta-se esse fato como reflexo, no discurso diplomático, de linhagem anterior e mais abrangente de interpretação sobre a identidade nacional brasileira, bem como da tradição diplomática do país. Discute-se, ainda, as tensões inerentes às identidades e o que isso implica para a interpretação dos textos aqui analisados. Por fim, traz-se essa discussão para o presente, reconhecendo hoje, em novo momento de ordenamento sistêmico internacional, o ressurgimento de discussões com termos semelhantes, muitas das quais fazem referência a esse precedente dos anos 1980.

Cabe notar, ainda, que, embora o artigo dialogue intimamente com a problemática da identidade nacional, particularmente com relação a sua natureza híbrida, esta não é, em si, o foco da presente análise. Antes, este trabalho pretende inserir-se primordialmente no campo

1 Por buscar empreender análise textual de obras escritas na década de 1980, o presente trabalho manteve o emprego que ambas fazem do termo "Terceiro Mundo" e de suas variantes, tal como utilizado à época. Considerações teóricas recentes sobre o termo, sua origem, uso histórico e aplicabilidade podem ser encontradas, por exemplo, em Palieraki (2023).

CC BY NC SA

da história do pensamento diplomático brasileiro, buscando entender – por meio da análise de textos de influentes diplomatas em um determinado momento histórico – o impacto das ideias sobre as práticas políticas e diplomáticas então adotadas. Assim, ao refletir sobre a forma pela qual dois embaixadores tão influentes quanto antagônicos buscaram compreender o Brasil e o novo mundo que então emergia, este artigo também aborda como a concepção da identidade nacional antecede e influencia a definição e a defesa dos interesses nacionais.

NOTAS SOBRE O CONTEXTO: INÍCIO DOS ANOS 1980

Skinner (1969) defende que ideias estão "inscritas no eterno presente" e influenciam o fazer histórico. Para ele, leitura e análise textual devem basear-se na busca da "intencionalidade do autor", que somente é entendida dentro do contexto político e do universo normativo no qual cada texto se insere. Argumenta que a "identidade histórica da obra" surge do cotejamento com produções contemporâneas; ideias são, portanto, um produto histórico, respostas a desafios políticos do momento em que surgiram. (Skinner, 1969)

Para analisar a identidade do Brasil segundo Merquior e Batista, é preciso, antes, entender o contexto no qual estavam inseridos quando produziram as obras aqui analisadas: a primeira metade da década de 1980, no governo de João Baptista Figueiredo (1979-85). As principais dinâmicas da época, que tiveram efeito determinante sobre a política externa do período, foram o processo de transição democrática, a crise econômica e as mudanças do cenário internacional.

Em seu discurso de posse, Figueiredo comprometeu-se a dar seguimento ao projeto de liberalização política gestado por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva (Skidmore, 1988, p. 412). Já em 1979, processaram-se dois importantes atos que deram concretude a esse processo e o fizeram avançar: a Lei de Anistia e a reforma eleitoral, que promoveu o fim do bipartidarismo (Skidmore, 1988, p. 427). Nesse mesmo ano, conforme Daniel Aarão Reis (2014, p. 103), teria acabado formalmente a ditadura no Brasil, uma vez que:

> Se aceitarmos a ideia de que a ditadura é um *estado de exceção*, ou seja, a de que ela existe na medida em que toda e qualquer legislação pode ser editada, revogada ou ignorada pelo livre – e arbitrário – exercício da vontade dos governantes, a ditadura existiu no Brasil até o início de 1979, quando houve a revogação dos atos institucionais, através dos quais se fazia e se refazia a ordem jurídica. Entretanto, a particularidade do caso brasileiro é que não se estabeleceu desde então um regime democrático. *Já* não havia ditadura. Mas não existia *ainda* democracia. [destaques no original]

Segundo essa interpretação, teria vivido o Brasil entre 1979 e 1988 (período no qual se insere a análise deste trabalho) uma "transição democrática", dado que "*ainda* havia o entulho autoritário, criado pela ditadura, mas esta *já* não existia mais, substituída pelo Estado de Direito" (Aarão Reis, 2014, p.103).

Paralelamente ao desgaste político do governo dos militares, desdobrava-se importante crise econômica, que influenciava o desenrolar da transição. Na origem estavam os dois choques do petróleo (1973 e 1979), a nova política de juros dos EUA e a própria dinâmica econômica do Brasil, pois o país "manteve seu alto crescimento econômico desde o choque do petróleo de 1973 somente porque passou a tomar mais empréstimos no exterior", o que gerou "crescente pressão sobre o balanço de pagamentos" (Skidmore, 1988, p. 418).

Durante os anos 1980, portanto, o Brasil viveu "sucessivas crises de vulnerabilidade", que "se tornaram ainda mais profundas na medida em que seus efeitos desestruturantes foram cumulativos" (Sennes, 2003, p. 88). Segundo Singer (2014, p. 211) "o Brasil entrou em uma crise que se estendeu de 1981 a 1983. O PIB sofreu uma perda real de 7% e a inflação se manteve entre 96% e 100%", sendo que, em 1982, "os juros pagos pela dívida externa absorviam 86% da receita de exportação brasileira". Entre 1984 e 1986, a relação dívida/PIB ultrapassou 40% (SENNES, 2003, p. 92). Em suma, em contexto de descontrole inflacionário, deterioração das contas públicas, recessão e desemprego, "a situação da economia nutriu a politização da sociedade" (Schwarcz; Starling, 2015, p. 471), o que fez com que a crise da dívida externa se convertesse em "ponto central da política exterior brasileira na maior parte da década de 1980" (Sennes, 2003, p. 93).

Concomitantemente, profundas e importantes mudanças ocorreram no cenário internacional. Para além dos já mencionados efeitos das crises do petróleo e da mudança na política de juros dos EUA, a Guerra Fria alcançava novo vigor, com a reação americana que se seguiu ao fim da *détente*. Em meio ao acirramento da situação, os países do então chamado Terceiro Mundo, muitos dos quais recém-independentes, ao advogar pela centralidade do desenvolvimento, tentavam reenquadrar as disputas globais, do eixo Leste-Oeste (político e securitário) para o eixo Norte-Sul (desenvolvimento). Era cenário que envolvia instabilidade econômica, atuação ofensiva dos países desenvolvidos e crise na economia dos países em desenvolvimento (Sennes, 2003). Em resumo, como retrata Vizentini (2004, p. 272, 275), foi nessa situação política e econômica "dramaticamente adversa para o Brasil" que Figueiredo e seu chanceler, Ramiro Saraiva Guerreiro, puseram em marcha a diplomacia do *universalismo,* um esforço "por manter a autonomia do Brasil num contexto crescentemente desfavorável".

Em mensagem ao Congresso, Figueiredo (1980, p. 3) apresentou as linhas gerais do que significava o universalismo como ferramenta para garantia de autonomia, ao afirmar que "o Brasil de hoje valoriza suas relações tanto com o mundo industrializado, quanto com os países da América Latina, África e Ásia". Nesse contexto em que "os Estados Unidos eram a um só

tempo vistos como o principal aliado ocidental e polo central da aliança de que o Brasil fazia parte [e] o adversário central da aliança ["terceiro-mundista"] de que o Brasil [também] fazia parte" (Sennes, 2003, p. 48), o país buscou ultrapassar os problemas impostos pelos países desenvolvidos ao diversificar e aprofundar suas relações com os países do assim chamado Terceiro Mundo. Foi durante esse momento de busca por espaço de manobra que José Guilherme Merquior e Paulo Nogueira Batista produziram os textos nos quais refletem sobre a identidade do Brasil, tomando como base sua relação tanto com o Ocidente, quanto com o então chamado Terceiro Mundo.

Note-se, em especial, que ambos eram conhecidos como figuras representativas de campos opostos, com posicionamentos contraditórios frente às determinantes questões econômicas acima apontadas, sobretudo na disputa em torno da liberalização comercial (Castelan, 2010). Batista, por exemplo, era tido como um dos principais "diplomatas economistas", de viés desenvolvimentista e herdeiros da tradição cepalina:

> Um grupo bastante coeso de pensamento no Itamaraty, que se encontrava disseminado tanto na Missão Brasileira em Genebra [que chefiou de 1983 a 1987] como no Departamento Econômico do ministério (...) [que] compartilhava das teorias da dependência que haviam informado a diplomacia brasileira na busca da reforma do sistema multilateral durante a década de 1970, (...) [e] para quem o comércio livre tinha efeitos distintos para o Centro e a Periferia do sistema capitalista, agravando o subdesenvolvimento dos países pobres (Castelan, 2010, p. 571-2, 594).

Merquior, por sua vez, situava-se antagonicamente, ao apresentar-se como liberal convicto, antimarxista e "militante da razão iluminista" (Rouanet, 2011): grande defensor, portanto, da liberalização comercial, incluindo o fortalecimento dos laços comerciais com os países ricos. Ficou famoso pelas muitas polêmicas em que se envolveu, com destaque para os debates com figuras tradicionalmente ligadas a movimentos políticos de esquerda, como Marilena Chauí, Hélio Pellegrino, Leandro Konder e José Artur Gianotti.

Uma análise sobre a subsequente mudança da posição negociadora brasileira em temas comerciais, passando – ao longo dos governos José Sarney (1985-89), Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994) – do desenvolvimentismo para a liberalização comercial, evidencia quão oposto e intransponível parecia ser o posicionamento desses dois embaixadores (Castelan, 2010). Divergência, esta, que, após o início da transição no governo Sarney, quando ainda havia convivência de tendências opostas, cristaliza-se com a ruptura pró-liberalização do governo Collor, quando os dois diplomatas tomam rumos divergentes. Merquior parece ter visto a eleição de Collor como a vitória de sua própria agenda política, visto que havia sido o "responsável por prover ao presidente-eleito os principais elementos ideológicos do governo, materializados no discurso de posse (parcialmente redigido por Merquior) e nas

reformas iniciais do governo" (Casarões, 2016, p. 336). Já Batista, à época representante permanente do Brasil na ONU, optou por se afastar do Itamaraty, tamanho era o descompasso entre o governo eleito e suas próprias posições diplomáticas. Segundo sua viúva, ele "tinha certeza de que Collor reverteria todo o trabalho que ele havia feito na ONU", demonstrava vontade de retornar ao Brasil e, mesmo tendo recebido propostas para chefiar postos no exterior, preferiu mudar-se para São Paulo (Lima, 2012, p. 13).

A vitória de Collor e, particularmente, seu discurso de posse são, portanto, emblemáticos do antagonismo entre Batista e Merquior. Conforme a interpretação de Castelan (2010, p.574):

> No governo Collor, o afastamento de pessoas ligadas às tradições cepalinas, ou melhor, a perpetuação e aprofundamento do isolamento desse grupo, ocorreu de forma mais intencional do que no governo Sarney (...). No dia de sua posse, o presidente Collor fez um discurso em que afirmava que o Brasil caminhava em direção ao Primeiro Mundo. O texto fora preparado por dois diplomatas importantes do Itamaraty, José Guilherme Merquior e Gelson Fonseca Júnior, e deixava transparecer a visão de que o Brasil estava abandonando ideias que não tinham mais validade, que deveriam ser revistas. A vontade de aproximação do Brasil com o Primeiro Mundo e a sugestão de que o desenvolvimento seria alcançado com políticas semelhantes às adotadas no Centro representaram um duro golpe na diferenciação entre Centro e Periferia, tão cara aos diplomatas de formação cepalina.

Estão, aí, sistematizados os principais elementos do desacordo. Como fundamental, está o alinhamento internacional do Brasil no tema da política comercial. O afastamento da tradição cepalina (que tinha em Batista um de seus principais representantes) implicou no abandono da noção do Brasil como parte da "periferia" do sistema internacional, a saber, aqueles países fora do eixo decisório e de menor poder relativo. Enquanto o "centro" era considerado o "Primeiro Mundo", notadamente os países ocidentais, a "periferia" seria, portanto, o então chamado "Terceiro Mundo", o restante "não ocidental" do planeta. Se a tradição desenvolvimentista (de Batista) via o Brasil inequivocamente como membro deste então considerado "Terceiro Mundo", o projeto liberalizante de Collor (e Merquior) buscava aproximar o Brasil do "Primeiro Mundo". Subjacente a ambos está uma visão própria sobre a identidade internacional do país, uma vez que para considerá-lo como pertencente a um ou outro campo, deveria justificar esse movimento com critérios prévios, notadamente a identidade do país. Seria de se esperar, portanto, que ambos tivessem visões completamente antagônicas a esse propósito, porém não é isso que se constata da análise de textos que escreveram quase simultaneamente.

PAULO NOGUEIRA BATISTA: A "DUPLA INSERÇÃO" INTERNACIONAL DO BRASIL[2]

Foi em 1983 que Paulo Nogueira Batista tornou-se embaixador do Brasil junto aos organismos multilaterais sediados em Genebra. Foi também o ano em que escreveu "O Ocidente e o Terceiro Mundo: Aspectos políticos". O texto constitui defesa do universalismo e do imperativo de diversificação de parcerias diplomáticas pelo Brasil.

Ao analisar a identidade nacional com base nas categorias "Ocidente" e "Terceiro Mundo", Batista adota a premissa central de que o Brasil – "um país de contrastes" – possui "múltiplas dimensões", a partir das quais se "sugerem ou impõem" determinadas "consequências de política externa" (p. 281). Chama essas dimensões de "esferas do convívio internacional" e argumenta que o Brasil pertence "naturalmente" a diversas delas: o país seria concomitantemente platino, amazônico e atlântico, com fortes contribuições africana e ocidental (p. 281).

Disso decorre a "dupla inserção internacional do Brasil": "nossa condição de país ocidental e país de terceiro mundo" (p. 282). O uso da conjunção aditiva "e" já indicaria a superposição dessas duas dimensões do país, parte tanto do Ocidente, quanto do então chamado Terceiro Mundo. Não obstante, Batista explicita esse argumento ao tomar posição quanto à impossibilidade de se adotar identificação exclusivista com apenas uma dessas dimensões, qualquer que fosse. Segundo ele, há quem desejaria, "em desacordo com os fatos da nossa vida nacional, acreditar que essas condições sejam mutuamente excludentes, como se tivéssemos que optar entre as duas" (p. 282). Para o país, contudo, seria prejudicial adotar qualquer linha política que imponha formas excludentes e privilegiadas de ligação" (p. 282), pois "em determinadas circunstâncias, quando no Brasil se pareceu fazer uma ou outra opção exclusivista, a política externa se tornou fator de divisão interna e não de agregação para a sociedade" (p. 283). Para provar sua argumentação, passa, em seguida, a demonstrar a ligação do Brasil com o Ocidente e com o assim chamado Terceiro Mundo, explicitando as consequências políticas de cada uma dessas dimensões, bem como as formas de relacionamento com cada uma.

Para ele, a filiação ocidental do Brasil estaria fundamentada na "prevalência de valores, como os da democracia, os direitos humanos, liberdade individual, tolerância, pluralismo, possibilidades de progresso e igualdade de oportunidades" (p. 282). Essas ideias transbordariam do plano teórico para a ação diplomática mais essencial, "incorporada à nossa concepção do interesse nacional", no entendimento sobre a "possibilidade de uma convivência internacional benéfica, fundada na paz e no respeito à igualdade dos Estados, no diálogo, na busca do en-

2 Todas as citações desta seção vêm de Batista (1983). Para não sobrecarregar o texto com recorrentes referências à mesma fonte, optou-se por apresentar somente a página da qual cada trecho citado foi extraído.

tendimento" (p. 282). Nessa roupagem, para ele o significado essencial da prática diplomática de vertente ocidental seria "a disposição à aproximação e à convergência num mundo de entidades soberanas" (p. 282). Batista destaca, assim, a heterogeneidade do Ocidente – categoria que entende se referir a um "agrupamento de nações" (p. 288) –, da qual decorreria o apreço ao pluralismo, este também outro "traço ocidental" do Brasil (p. 288).

Há, no texto, esforço em demonstrar de que maneira essa dimensão ocidental se manifestaria em relações concretas, que se desdobrariam em "relações econômicas", "ações políticas", "posições políticas" e "relações diplomáticas".

Quanto às relações econômicas, Batista ressalta estar a modernização do Brasil "ligada à inserção na economia ocidental", bem como ser, naquele contexto, o "peso de nossa dívida" um "testemunho notável de nossas ligações ocidentais" (p. 289). Trata-se, pois, de relacionamento tão ambivalente quanto relevante.

As "ações políticas" seriam a tradução mais direta do alinhamento do país aos valores do Ocidente, com destaque para o "respeito às soluções negociadas" e para o "esforço de criar oportunidades iguais", o que, na *práxis* diplomática brasileira, teria se consolidado no posicionamento crítico às intervenções externas (p. 289).

Já quanto a "posições políticas" específicas, enfatiza a inexistência, "no âmbito ocidental, [de] posições monolíticas", o que reforçaria o pluralismo e a ligação por meio dos valores (p. 289). Destacando a existência de "várias formas de estar presente no mundo ocidental", ele afirma que "a do Brasil (...) obedece às peculiaridades nacionais", o que faz com que "nossa contribuição específica ao Ocidente nasça necessariamente da fidelidade ao que somos".

Por fim, defende que as relações diplomáticas representariam a "mais ampla e mais constante (...) gama de contatos com a liderança ocidental", das quais destaca a multiplicidade de conversações de alto nível, encontros bilaterais, contatos com organismos internacionais, visitas recebidas de líderes ocidentais e viagens do Presidente e de diplomatas, que formariam "amplo painel de definições de convergência" (p. 289-90).

Batista reconhece partilhar o Brasil de valores ocidentais, embora afirme que "certamente não pertence ao Primeiro Mundo": este "congrega exclusivamente os países desenvolvidos", enquanto "nossas condições sociais e econômicas são flagrantemente de país em desenvolvimento (...), de Terceiro Mundo" (p. 282). Dessa condição socioeconômica como "país de Terceiro Mundo" adviria um "modo próprio de encarar o sistema internacional", fundamentalmente ancorado na necessidade urgente de reforma da ordem, com vistas a torná-la mais justa (p. 283). Assim, dessa visão internacional compartilhada resultariam "coincidências naturais com posições negociadoras de países em condições similares às nossas", sobretudo por seu papel no comércio internacional – exportadores de matérias-primas e importadores de capital e tecnologia – e no sistema multilateral, com "influência relativamente secundária sobre as

instituições" (p. 283). Ademais, confere ênfase ao fato de que aquilo que era entendido como Terceiro Mundo seria, assim como o Ocidente, "composto de países diversos, com numerosas contradições e disputas", do que resultaria que "fazer parte dele não significa neutralidade ideológica e, muito menos, um caminho de confrontação com o Ocidente" (p. 283).

Seriam três os principais ângulos de relacionamento do Brasil com o "Terceiro Mundo", conforme apresentado por Batista.

Em primeiro lugar, haveria relações econômicas "densas e crescentemente importantes (...), movidas por um dinamismo diferente do que prevalece para as ligações entre esses países e os do Primeiro Mundo" (p. 284).

Em segundo lugar, destaca "ações políticas comuns derivadas da semelhança das dificuldades econômicas, sobretudo em foros multilaterais", que se desdobrariam em três dimensões: as "vantagens concretas", os "ganhos conceituais" e a "convergência política". As "vantagens concretas" ocorreriam sobretudo em questões específicas como o Direito do Mar e o Sistema Geral de Preferências. Os "ganhos conceituais" seriam resultado da "gradual criação de uma compreensão mais adequada pela comunidade internacional de diversos aspectos e temas", como o conceito de desenvolvimento econômico e as "necessidades peculiares dos países em desenvolvimento", bem como a "percepção da correlação entre as regras e condições do comércio internacional e a possibilidade de desenvolvimento dos países pobres". Por último, haveria a "convergência política", sobretudo multilateral, por meio da qual "criaram-se mecanismos para a aproximação, nos mais diversos níveis, entre os países em desenvolvimento", ampliando "as possibilidades de ação bilateral com relação aos países do Norte" e abrindo "oportunidades novas de ligações entre as nações do Sul", cujo principal exemplo seria o financiamento da OPEP a empresas brasileiras na África (p. 284-5).

Em terceiro lugar, Batista destaca "posições políticas brasileiras que coincidem com a grande maioria (...) ou com países específicos do Terceiro Mundo", ressalvando, porém, que, "em função da complexidade de nossa situação internacional e de nossa visão do mundo, adotamos posições marcadamente próprias, peculiares, que não podem ser reduzidas a qualquer 'ideologia terceiro-mundista'" (p. 285-6).

Merece destaque essa diferenciação apresentada entre a realidade socioeconômica do Brasil – país em desenvolvimento e, portanto, parte do que se considerava Terceiro Mundo – e os "termos 'terceiro mundismo' e 'terceiro mundista'", que, aponta Batista, costumariam ser aplicados de maneira "malévola" quando "usados para introduzir uma confusão deliberada no debate político, que os fatos não justificam" (p. 286). Para ele, "a forma específica de nosso relacionamento com o Terceiro Mundo é uma decorrência de nossa própria identidade nacional e de nossos interesses externos"; pragmática, portanto, não se prenderia nem a "automatismos", nem a "passionalismos" (p. 288). Rejeita, assim, "o mito de que a aproximação do Brasil

em relação aos países do Terceiro Mundo (...) denotaria uma simpatia ideológica com relação ao próprio Segundo Mundo", o que pareceria ainda mais ilusório quando confrontado com o fato de que "o Terceiro Mundo, na realidade, é muito diversificado de um ponto de vista político-ideológico" (p. 286). Batista alega, não obstante, que "nossas posições decorrem de considerações próprias e caminham num sentido de convergência com posições de países ou grupos de países do Terceiro Mundo, em diversas instâncias, não por opção ideológica, mas por semelhança de valores e interesses" (p. 287).

Sua posição, enfim, é de firme recusa a "qualquer exclusivismo" e a "qualquer 'ideologismo'", em fidelidade rigorosa ao "postulado do universalismo", que se justificaria "simplesmente porque a complexidade da cena internacional o exige e porque as necessidades e os interesses brasileiros o aconselham" (p. 290-1). Nesse contexto, afirma categoricamente que:

> Não existe terceiro-mundismo, embora tenhamos, como não poderíamos deixar de ter, uma política própria para o Terceiro Mundo. Não vamos abrir mão dessa política. Não existe, tampouco, dentro de nossa política no eixo Norte-Sul, ânimo confrontacionista com o Primeiro Mundo, nem, ao contrário, um ocidentalismo à *outrance*, que emasculasse a nossa individualidade. Não buscamos uma disjuntiva entre nossa condição de país ocidental e de Terceiro Mundo, e sim somar nossa dupla inserção numa representação fiel do que somos na cena internacional. (p. 291)

Batista segue afirmando ser o Brasil "um país capaz de dialogar com as diferentes áreas do mundo", de forma que "qualquer reducionismo de nossa posição externa diminuiria nossa capacidade de ação e influência internacionais, seria infiel ao que nós somos, e (...) nos dividiria como nação" (p. 291). Ele nega a existência de "qualquer contradição fundamental" entre os "valores do mundo ocidental" e as "ações específicas do Terceiro Mundo" (p. 283). Sua conclusão é a de que "a combinação entre as vertentes ocidental e de Terceiro Mundo exprime uma das complexidades da realidade brasileira", o que a torna "fator de legitimidade na expressão do interesse nacional e de ampliação dos horizontes de nossa ação diplomática" (p. 283). Essa "combinação" seria, sobretudo, realista, por refletir "aspectos indissociáveis da identidade brasileira" (p. 283).

Em suma, a indissociabilidade das dimensões ocidental e de "Terceiro Mundo" do Brasil justifica-se, no pensamento de Paulo Nogueira Batista, por aquela se referir ao arcabouço normativo dos valores compartilhados pelo país, enquanto esta seria referente a sua condição socioeconômica como país em desenvolvimento. Diante desse fato, descarta qualquer política excludente, ao abraçar a "dupla inserção". Trata-se, pois, de firme defesa do universalismo brasileiro, que se fortalece da multiplicidade formadora da identidade nacional.

JOSÉ GUILHERME MERQUIOR: O "BRASIL DA MODERNIZAÇÃO", PARTE DO "OUTRO OCIDENTE"[3]

Tornou-se célebre a formulação de José Guilherme Merquior, segundo a qual o Brasil faria parte, junto aos demais países em desenvolvimento da América Latina, do "*outro Ocidente*: mais pobre e mais enigmático; um Ocidente problemático, mas não menos Ocidente, como o comprovam a linguagem, os valores e as crenças de suas sociedades" (1990, p. 87). Esse texto, estruturado em torno da crítica ao livro *O Espelho do Próspero* (1982), de Richard Morse[4], foi originalmente apresentado como discurso no *Department of Romance Languages and Literature* da Universidade de Harvard, em 26 de setembro de 1988, e publicado em português na revista *Presença* de abril de 1990. Não obstante a importante formulação original sobre a identidade do continente, pode-se entender essa noção como resultante de um processo de definição conceitual que Merquior vinha desenvolvendo desde o início dos anos 1980. Seus fundamentos já haviam sido apresentados em, ao menos, dois trabalhos anteriores: "Linhas do ensaísmo de interpretação nacional na América Latina", outro texto concebido como discurso, dessa vez para o Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, em novembro de 1981, e "*Power and Identity: Politics and ideology in Latin America*", publicado na revista *Government and Opposition*, em 1984[5]. Esses trabalhos encerram projeto de análise crítica dos principais intérpretes da identidade brasileira e latino-americana, por meio do qual Merquior busca avançar sua defesa da modernização nacional.

Merquior parte da premissa de que "o ensaísmo no Brasil e na América Hispânica (...) oferece algumas linhas de força, tão reveladoras quanto contrastantes" (1981, p. 217). São, justamente, essas linhas de força que ele busca entender e criticar. No texto de 1984, por exemplo, destaca uma que considera central: o fato de se encontrar a América Latina "inquietamente dividida entre suas lealdades ocidentais e as sombrias realidades do subdesenvolvimento" (1984, p. 239). Para ele, a situação seria ainda mais premente, uma vez que "a América Latina, diferentemente da África, não é apenas uma possessão perdida do Ocidente – antes, ela é uma *projeção* ocidental, a despeito do significado óbvio de seus componentes étnicos e culturais não ocidentais" (1984, p. 239, grifo no original).

No discurso em Harvard, Merquior foi inequívoco: "a América Latina *é* obviamente parte do Ocidente" (1990, p. 86, grifo no original). Posteriormente, esclareceu quais elementos modulariam essa identidade, para além dos claros "componentes étnicos e culturais não oci-

3 Em expediente similar ao adotado na seção precedente, nesta, como todos os textos citados são de José Guilherme Merquior, optou-se por apresentar apenas o ano e a página de referência da citação.
4 Richard Morse (1922-1993, EUA): historiador e sociólogo, especializado em estudos sobre cultura e sociedade latino-americanas, e principalmente sobre o Brasil.
5 As citações desta obra, em inglês, foram livremente traduzidas pelo autor.

dentais" antes mencionados. Nesse sentido, apontou como fundamental a questão socioeconômica: "os latino-americanos há muito sentem a tristeza de serem pobres e desassistidos ao lado de seus parentes ricos e pacíficos do Norte" (1990, p. 239). Ademais, sublinhou a instabilidade política que recorrentemente afetaria os países da região, cujos sistemas políticos seriam marcados por "baixo nível de institucionalização acoplado a altas taxas de participação e inclinados, portanto, à instabilidade crônica com surgimentos recorrentes de regimes militares" (1990, p. 239). Dessa análise, Merquior tira conclusões subjetivas, correlacionando instabilidade política com "autodepreciação nacional" (1990, p. 239). Não deixa de notar, contudo, que essa percepção detrimental não se justificaria, à luz de situações muito piores em outras regiões do mundo, nas quais, a despeito de também existirem de crises políticas ou dificuldades materiais, as elites compartilhariam autoidentificação distinta (não ocidental). É aí que se encontraria a singularidade latino-americana como parte do Ocidente, uma vez que "na América Latina, as pessoas e os governantes são educados para enxergar seu lugar na civilização como parte integrante do mundo da democracia, dos direitos humanos e do império da lei" – "do abismo entre essas expectativas e a dureza de sua política real surge um agudo senso de tragédia histórica" (1990, p. 240), conclui por fim.

Em suma, Merquior classifica como *mito* a ideia de uma "identidade não europeia entre os latino-americanos", que se originaria, sobretudo, de uma "estratégia de recusa" oriunda "daquilo que tanto se esforçou para tornar-se, mas continuamente falhou em alcançar" (1990, p. 240). Em sua concepção, tal mito adviria de três postulados que permeariam o pensamento sobre a identidade regional. Primeiro, a compreensão da "História como um conto de paixão", ou seja, as múltiplas narrativas sobre "o eterno sofrimento das nações pré-colombianas nas cruéis mãos dos conquistadores europeus e seus sucessores" (1990, p. 240). Em seguida, a ideia da "Conquista como um estupro", que, segundo Merquior, teria sido apresentada em duas versões: inicialmente, no discurso sobre "o nobre selvagem contra os colonialistas europeus" e, depois, na defesa da "luta entre revolucionários e os lacaios do imperialismo" (1990, p. 240). Por fim, há a concepção da "pureza aborígene", que seria "como o exato oposto da História moderna". O autor aponta que essa linha contrariaria o "progresso, o racionalismo, as cidades e a tecnologia", defendendo – por sua vez – que "a bem-aventurança e a redenção social dependem da habilidade em preservar e aprofundar a alteridade [*otherness*] da América Latina (?) *vis-à-vis* o Ocidente" (1990, p. 240, pontuação no original).

Essa "contra-história do Ocidente", que para Merquior teria-se configurado "anatemizando a civilização moderna, o domínio da liberdade e afluência moldado pela experiência ocidental" (1990, p. 240-1), estaria vinculada ao polo diametralmente oposto ao cerne de sua agenda, racionalista e modernizadora – e por isso declaradamente interligada ao Ocidente, como ele próprio a apresenta. Não obstante, reconhece ter essa visão ("espécie de ritual de exorcismo") tornado-se a "principal corrente do pensamento latino-americano" (1990, p. 240-1). Essa oposição é destacada:

> A 'autenticidade' – o dúbio resultado de uma busca mística pela identidade coletiva – logo estabeleceu-se como uma barreira ideológica contra a legitimação da modernização econômica e social na América Latina. No entanto, esse culto da identidade permaneceu por muito tempo como um *leitmotiv* literário; tornou-se persistente como credo, mas raramente conseguiu impulsionar práticas políticas e, sobretudo, quando o fez, isso ocorreu em incentivo a forças conservadoras de aspecto 'tradicionalista'. (1990, p. 241)

Merquior apresenta então, no texto de 1984, breve gênese desse pensamento (esforço feito detalhadamente em seu discurso de 1981). Segundo ele, se, em meados do século XIX, Domingo Sarmiento[6] teria-se "aliado à tradição do Iluminismo, que usava como uma arma tanto contra o atraso econômico [da América Latina] quanto contra o domínio dos caudilhos" (1984, p. 240), no início do século XX, José Enrique Rodó[7] teria adotado postura oposta, com a "exaltação dos charmes do humanismo latino contra o 'materialismo' *yanquee*" (1984, p. 240). É contra Rodó que se volta a crítica de Merquior (quando critica Morse, em 1988, o faz sobretudo em relação ao que nele vê como reflexos de Rodó). Especialmente em relação à sua obra *Ariel* (1900), Merquior já havia alegado buscar representar "a supremacia da espiritualidade estética dos latinos sobre o tosco utilitarismo anglo-saxão" (1981, p. 220). Ademais, julga ser o "arielismo" um "elitismo político-cultural" (1981, p. 221), além de acusar Rodó de haver liderado o abandono da perspectiva social (1981, p. 221).

Essa linha de pensamento se aprofundaria, conforme a cronologia apresentada, quando, "uma geração depois, José Vasconcelos[8] e Martínez Estrada[9] passaram a contrapor aquilo que Merquior considerava ser "o *ethos* 'telúrico' da América Católica" à "escuridão da sociedade moderna" (1984, p. 240-1). Voltando-se a seus contemporâneos, acusa ainda Octavio Paz[10] ("um surrealista atrasado") de "se aquece[r] na esteira de tal filosofia irracionalista da história" (1984, p. 241). Anteriormente, Merquior já havia inclusive criticado tanto Martínez Estrada ("antiarielismo total", aliado ao retorno do pessimismo e a uma "apaixonada crítica da

6 Domingo Sarmiento (1811-1888, Argentina): educador e escritor, defensor da modernização, vinculado ao positivismo e à ideia de progresso. Foi presidente da Argentina (1868-1874).

7 José Enrique Rodó (1871-1917, Uruguai): filósofo e escritor, representante do modernismo e do idealismo, conhecido por exaltar a arte e os valores espirituais latino-americanos em oposição ao materialismo norte-americano. Em *Ariel*, toma por base personagens da peça *A Tempestade*, de William Shakespeare (Ariel representaria aspectos positivos da natureza humana, enquanto Calibã retrataria as tendências negativas), de forma a valorizar a tradição clássica ocidental, voltada aos jovens latino-americanos.

8 José Vasconcelos (1882-1959, México): intelectual, filósofo e político, conhecido por sua promoção da educação e da identidade cultural latino-americana, fundador da Secretaria de Educação Pública e defensor do "cosmicismo".

9 Ezequiel Martínez Estrada (1905-1974, Argentina): escritor e ensaísta, defensor de uma visão de desenvolvimento "autêntico e nacional"; próximo do existencialismo e da análise crítica da modernidade.

10 Octavio Paz (1914-1998, México): poeta, ensaísta e embaixador mexicano, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura. Costumeiramente vinculado ao modernismo e ao surrealismo.

modernidade") quanto o próprio Paz ("o mais consistente profeta da anti-história no ensaio latino-americano"), alegando, nos dois, a prevalência da "ideia da Conquista como um trauma, um estupro, a violação de uma prístina pureza", o que classifica como "uma recusa da história, um catastrofismo tanto retro- quanto prospectivo" (1981, p. 224-5).

Embora corrente, essa linha interpretativa não seria, conforme alega, hegemônica. Para justificar-se, Merquior recorre a pensadores com visões alternativas. Defende a "sóbria lucidez do venezuelano Mariano Picón Salas[11] (*Hispano-América, Posición Crítica,* 1931), que tinha o bom gosto de ser antiarielista sem ser eurófobo, e não se envergonhava de conceber a América Latina como uma 'modalidade do Ocidente'" (1981, p. 227). Ao trazer o debate ao âmbito brasileiro, sustenta, ainda, que Gilberto Freyre teria respondido a esse dilema da associação entre irracionalismo e antiarielismo ao romper com o nacional-pessimismo com a publicação de *Casa Grande & Senzala* (1933). Na obra, Gilberto Freyre teria aposentado "a antítese iberismo versus americanismo, legitimando a herança peninsular ao mesmo tempo em que apontava as decisivas peculiaridades da sua aclimatação tropical" (1981, p. 228). Isso haveria resultado do avanço operado por Freyre "na história da latino-americanologia nativa", ao reconhecer "a relação edipiana, superando a fase das reações complexadas ao nosso passado patriarcal" (1981, p. 229). Para Merquior, Casa Grande & Senzala haveria alterado a evolução da interpretação regional e nacional: até então, "o indigenismo, e sobretudo o telurismo, eram édipos inassumidos, recusas imaturas do ibérico na condição de figura paterna, prolongamentos psicológicos da colônia como ordem repressiva no espírito de quem não era sua vítima, e sim seu herdeiro" (1981, p. 229). Gilberto Freyre, por sua vez, teria sido quem "nos reconciliou com nossas origens ibéricas e patriarcais", e "um dos resultados dessa serena catarse operada (...) face a nossa herança histórica [teria sido]: a tranquila reformulação de nosso vínculo tanto com o berço ocidental quanto com o outro Terceiro Mundo" (1981, p. 230). Merquior conclui, portanto, que "a lição gilbertiana nos permite ir um pouco além [de Picón Salas], e falar na nossa América morena como modulação do Ocidente", uma ideia "a um só tempo mais musical e mais plástica, mais apta a sugerir a dinâmica da nossa modalidade cultural" (1981, p. 230).

Assim, pode-se concluir que, posteriormente, quando Merquior cunha o termo "outro Ocidente", estaria dialogando diretamente com sua interpretação pessoal sobre essa linhagem de intérpretes da identidade latino-americana. Sua crítica a Morse, por exemplo, deve ser entendida como uma reedição da crítica a Rodó, visto que, para Merquior, "o Calibanismo de Morse é apenas uma silhueta do Arielismo" (1990, p. 91). Retoma, assim, a crítica ao pensamento latino-americano marcado pelo irracionalismo antiocidental, o que denomina de "melodia arielista", cuja essência seria: "não há nada de errado com a Ibéria, o mal reside na modernidade, feia e desumana" (1990, p.76). Merquior, por sua vez, advoga por postura contrária e

11 Mariano Picón Salas (1901-1965, Venezuela): historiador e ensaísta, destacado por suas análises culturais e históricas da América Latina, com forte influência do pensamento humanista.

defende que "só a própria modernidade parece oferecer uma promessa de reintegração social e psicológica" à América Latina (1990, p. 76).

Enfim, Merquior, como ele próprio apresenta seu propósito, busca seguir os passos de Pincón Salas e Gilberto Freyre e reconciliar-se com nosso passado Ocidental. Para tanto, admite que "a conquista *foi* um trauma", mas agrega que a "experiência iberoamericana" seria também marcada por "potencial assimilador e (...) caráter integrativo" (1990, p. 77, 81). Nesse sentido, uma vez mais aponta para "o mito de uma América Latina não ocidental", que resultaria da "recusa alimentada por nosso ressentimento – recusa de algo que nos esforçamos para obter e, contudo, sempre fracassamos em alcançar, a saber, um lugar e uma parcela do mundo moderno, liberal e democrático. Em suma, um universo identificado com o Ocidente" (1990, p. 86).

Sua conclusão, em essência, é que:

> De fato, somos uma modificação e uma modulação original e vasta da cultura ocidental. Mas isso a Ibéria sempre foi: um caso muito peculiar do Ocidente, porém de forma alguma uma aberração. A Ibéria sempre foi uma faceta especial da Hespéria – e assim somos nós, criaturas da Ibéria e gênios da mistura étnica e cultural (1990, p. 86).

Dessa forma, ao conjugar raízes ocidentais e não ocidentais, buscando conciliar-se com esse passado histórico e fazer avançar sua agenda, postula que:

> Os componentes não ocidentais de nossas culturas, além de terem contribuído de forma valiosa para a modulação de nossa herança cultural, foram também ocidentalizados em áreas cruciais de comportamento e credo. Esses componentes não europeus não são, em essência, recalcitrantes diante dos *mores* modernos, a despeito do que pensa a oeste-fobia do radical-chic, ou de um certo antropologismo nostálgico que, assim, não fazem outra coisa senão reproduzir, com o sinal trocado, as teorias racistas de antigamente. (1990, p. 87)

IDEIAS SOBRE UM PAÍS QUE "É E NÃO É": CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Da análise acima, depreende-se notável convergência entre os conceitos de "dupla inserção", de Paulo Nogueira Batista, e de "outro Ocidente", de José Guilherme Merquior: são duas maneiras de apresentar o Brasil como país de identidade híbrida, que concomitantemente pertence ao que se chamava de Terceiro Mundo, sobretudo por sua condição socioeconômica, e ao Ocidente, por origem histórica, prática política e valores compartilhados.

CC BY NC SA

Não obstante, a trajetória deles a partir da redemocratização, principalmente durante o governo de Fernando Collor, indicaria que os dois teriam visões irreconciliavelmente opostas. É de especial interesse para este trabalho destacar, portanto, a divergência política que coexistia com a convergência sobre a identidade. Embora sem apresentar explicação definitiva, algumas hipóteses são aqui levantadas.

Tanto Merquior quanto Batista, no contexto da disputa entre desenvolvimentismo e liberalização comercial que caracterizava o Brasil nos anos 1980, apropriaram-se dessa concepção híbrida sobre a identidade do Brasil para mobilizar suas agendas políticas próprias e divergentes. Novamente recorrendo a Skinner (1969), o que importa é questionarmos a intencionalidade desses autores ao produzirem as referidas obras no contexto específico em que o fizeram. Para isso, além dos atos locutórios (registrados nos textos em si), devemos investigar seus atos ilocutórios, a saber, as intenções por trás dessas narrativas, conforme possível depreender a partir do contexto político comum da época em que foram produzidas.

Em primeiro lugar, há a tradição diplomática, que, segundo Vedoveli (2010, p. 11), é muitas vezes apontada como responsável pela manutenção de coesão e unidade do Itamaraty, pela uniformidade do pensamento e da formação dos diplomatas e "que explica os rumos e as decisões tomadas no âmbito da política externa brasileira", ao "explicar e constranger o pensamento e a atuação dos diplomatas". Batista e Merquior, dois diplomatas de carreira, socializados no seio do Ministério das Relações Exteriores, escreveram textos analisados quando a Chancelaria, sob o comando de Saraiva Guerreiro, guiava-se pelo paradigma do "universalismo". Este, por sua vez, pode ser entendido como a aplicação dos princípios centrais da Política Externa Independente, da década de 1960, que já haviam sido anteriormente retomados pelo Pragmatismo Responsável e Ecumênico, durante o governo Geisel. No governo de Figueiredo, esses princípios mantiveram-se como fundamento ordenador do discurso diplomático, desta vez adaptados a conjuntura crescentemente desfavorável, interna e externamente.

É possível concluir, assim, que a tradição diplomática na qual se inseria o Ministério das Relações Exteriores no período em análise influenciou o pensamento dos operadores da diplomacia brasileira, o que em parte explica a convergência entre as referidas visões sobre a identidade do Brasil

Ao mesmo tempo, ainda que com naturezas distintas (Merquior parte de sua contínua produção acadêmica, em diálogo com tradicional linhagem do "ensaísmo de interpretação" latino-americano e brasileiro, enquanto Batista parece voltado a justificar linha de atuação diplomática), tem-se, aqui, exemplos do fenômeno do "diplomata enquanto intelectual". Trata-se da sobreposição dos campos político e intelectual, típica da diplomacia brasileira, que teve por resultado situações nas quais "os diplomatas, enquanto funcionários, podiam falar e produzir em nome do Estado e de seus 'interesses nacionais', e, como intelectuais, elaboravam análises

muitas vezes com o objetivo de contribuir para o processo de modernização da sociedade" (Pinheiro; Vedoveli, 2012, p. 222).

O mais curioso neste caso é que, ao perseguirem intenções políticas antagônicas, ambos acabaram fazendo referência a um entendimento compartilhado sobre a identidade do Brasil como híbrida e recusaram opções políticas exclusivistas, que acabariam por filiar o Brasil apenas a algum um desses polos.

Merquior queria avançar sua agenda liberal, modernizadora e racionalista, aproximando assim o Brasil do então chamado Primeiro Mundo, mas, para isso, não teve como ignorar a existência de elementos não ocidentais. Seu objetivo precípuo parecia ser combater a linha de interpretação que enfatizava a excepcionalidade da cultura política brasileira e latino-americana, sobretudo "a concepção de Morse de um excepcionalismo ibérico" que entendia acarretar no deslocamento inapropriado de "toda e qualquer matriz liberal (produzida, portanto, no eixo anglo-saxão) para fora da América Latina" (Casarões, 2016, p. 329). Essa identidade híbrida parece ter sido, para Merquior, o mecanismo encontrado para advogar pela gradual aproximação ao que era então visto como Primeiro Mundo.

Batista, por sua vez, perseguia objetivo oposto. Sua intenção era dar continuidade à linha desenvolvimentista de matriz cepalina, que via os interesses brasileiros como antagônicos àqueles dos países do Centro (também chamado de Primeiro Mundo e, de particular interesse para esta análise, de Ocidente). Objetivava evitar a aproximação que Merquior queria promover. A grande questão parece ser, portanto, porque ambos, ao perseguirem objetivos antagônicos, não conseguiram efetuar a exclusão do outro polo e mantiveram concepções híbridas da identidade nacional.

Nesse sentido, além da vinculação à tradição diplomática e ao contexto normativo no qual se inseriam, é importante salientar que essas duas concepções sobre a identidade internacional do Brasil aqui analisadas não foram inovadoras. Pelo contrário, refletiram longa tradição interpretativa, ao ecoar aquela que é considerada uma das principais definições sobre quem seriam os brasileiros, apresentada, por exemplo, no célebre primeiro parágrafo de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936), onde se lê que: "trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra" (Holanda, 2016, p. 39). Por sua vez, a concepção dos "desterrados em nossa terra" constitui possivelmente a mais bem acabada expressão de longa linhagem de interpretação sobre a identidade nacional, já avançada anteriormente por outros autores. Trata-se de esforço que busca apontar a convergência entre elementos ocidentais com outros não ocidentais, em território americano, e demonstrar como a resultante identidade localiza-se em algum lugar intermediário. O Brasil e os brasileiros seriam, pois, espécie de síntese imperfeita, e só assim poderiam ser entendidos.

Outra versão célebre dessa linha interpretativa apareceria, por exemplo, na literatura de Machado de Assis. John Gledson (1986) defende a tese segundo a qual os romances machadianos da maturidade comporiam projeto de interpretação do Brasil. Com relação a *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por exemplo, note-se ser o narrador um "defunto autor", em suas próprias palavras. É, pois, alguém que está entre dois mundos e que, nessa posição intermediária, reflete sobre ambos. Acrescente-se, por fim, que a hipótese de Gledson é, justamente ser Brás o próprio Brasil, o que contribui para avançar essa hipótese sobre a hibridez da identidade brasileira.

Por fim, ao apreciar o modo como esses dois embaixadores, dialogando com a tradição diplomática, abordaram a identidade híbrida do Brasil como forma de avançar suar agendas, cabe fazer referência à literatura mais recente.

Nesse ponto, deve-se levar em consideração a definição de identidade avançada por Hall (2011 [1996]), que as apresenta como "pontos de ligação temporária" [points of temporary attachment] construídos por práticas discursivas. Como uma "intersecção", resultam "do encadeamento do sujeito ao fluxo do discurso". Identidades não são, portanto, nem reflexo de substâncias interiores/de uma certa essência, nem espelho fiel da experiência, mas sim um efeito provisório de práticas discursivas em um dado momento histórico. Essa intersecção é sempre parcial (algo fica de fora), relacional (define-se por diferenças) e instável (pode ser rearticulada por novas lutas). O "eu" da identidade não é, portanto, um ser [being], senão um "vir-a-ser" [becoming], um lugar no qual múltiplas narrativas competem pela autoridade de dizer quem somos (Hall, 2011 [1996]).

Essa abordagem encontra eco na obra de Bhabha (1990, 1994), que problematiza as identidades nacionais, sobretudo quando aplicadas a contextos pós-coloniais. Ao concordar com Benedict Anderson que a nação é "imaginada", Bhabha (1990) agrega que a imagem da identidade nacional não é finalizada, mas encontra-se em constante produção e mutação. A nação, portanto, é performada por meio de discursos oficiais e não oficiais, em um tempo intermediário [in-between], no qual passado e futuro encontram-se sobrepostos em um presente de repetição e de reordenação. Particularmente em contextos coloniais ou pós-coloniais, nota que significados coloniais, ao serem traduzidos para contextos locais, acabam descentrados, resultando em formas culturais híbridas em um "terceiro espaço", a saber, um lugar contingente ("espaço intersticial") no qual as identidades são negociadas (Bhabha, 1994).

Ao apresentar essas ponderações, Bhabha (1990, 1994) argumenta no sentido de evitar essencialismos ao abordar identidades. Trata-se, aqui, de rejeitar a ideia de culturas, identidades e nações como naturais, homogêneas e imutáveis, bem como recusar a legitimação de hierarquias coloniais ou nacionalistas por meio de metáforas de origem fechadas, unívocas e estáveis. Nesse sentido, mas desta feita voltado às Relações Internacionais, posicionamento semelhante é adotado por Acharya (2014), que busca combater a "armadilha do essencialismo"

CC BY NC SA

em suas múltiplas dimensões: cultural/civilizacional (ao se apresentar blocos como homogêneos – "Ásia", "Ocidente" – e atribuir-lhes comportamentos políticos e/ou culturais essenciais, como "pacifismo"), normativo (atribuir predisposições morais – positivas ou negativas – a regiões) e analítico/ontológico (tratar unidades – país, região, civilização – como elemento fechado e autocontido).

A partir dessas breves considerações, é possível entender que os textos analisados trabalham, em alguma medida, com base em concepções essencializadas, ainda que seu objetivo eventualmente seja o de afastar outras concepções desse tipo (notadamente na disputa que Merquior faz com a interpretação de Morse e Rodó). Por um lado, pode-se entender essa característica, principalmente com relação à abordagem de Batista, como uma decorrência dessa tradição do "diplomata enquanto intelectual" (Pinheiro; Vedoveli, 2012), que se desdobraria na produção de "não ficção diplomática" (Estre, 2025): textos de diplomatas, que avançam uma narrativa sobre a política externa brasileira, imitando normas de escrita universitária, sem, porém, seguirem estritamente o rigor da pesquisa acadêmica profissional.

Ao mesmo tempo, a abordagem a partir dessa literatura mais recente permite enquadrar os próprios textos aqui em análise dentro desse lugar de disputa narrativa, no qual as identidades são continuamente negociadas. Ainda, inserem-se, eles próprios, na tradição diplomática, consolidando uma linha interpretativa. Representativo desse fenômeno é nova leva de estudos, desta vez acadêmicos, que, abordando o tema a partir de uma perspectiva de pesquisadores (e não de diplomatas) e incluindo referências à literatura mais recente, sobretudo a partir da crítica pós-colonial, ainda assim converge na avaliação dos textos aqui analisados e trabalha a noção da identidade do Brasil como híbrida entre o Ocidente e um não Ocidente (Vieira, 2018; Guimarães, 2020). É significativo, sobretudo, que essa produção surja em um novo momento de reordenamento político, desta vez do sistema internacional em momento de ascensão chinesa.

Evidentemente, os contextos doméstico e internacional da década de 1980 e de hoje são distintos. Mudaram, também, os termos do debate internacional: abandonadas as referências ao "Terceiro Mundo", tornou-se comum o referencial do "Sul Global" como marcador daqueles países que não integram o que tradicionalmente se reconhece como o Ocidente, anteriormente também chamado de "Primeiro Mundo" (Hogan; Patrick, 2024).

Nesse contexto, a atuação internacional de países do Sul Global tem desencadeado recorrentes discussões com base nas categorias de "Ocidente" e "não Ocidente" (Chivvis; Geaghan-breiner, 2023; Stuenkel, 2024; Seiwert, 2024; Bhatt, 2024; Mia, 2024; Bequelin, 2024). Com relação ao Brasil, ao mesmo tempo em que o país vem reiterando sua vinculação ao Sul Global (Presidência da República, 2023), a reação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, quando questionado sobre o tema, foi a de reafirmar ser o Brasil "um país do Ocidente" (Gielow, 2024).

Adicionalmente, se nos anos 1980 essa identidade híbrida encontrou traduções na prática diplomática, por exemplo, com a política do universalismo e com a defesa de Batista pela "dupla inserção", a discussão contemporânea toma por base termos como "não alinhamento" (Amorim, 2024) e "hedging" (Spektor, 2023).

CONCLUSÃO

A análise da inesperada convergência entre José Guilherme Merquior e Paulo Nogueira Batista demonstra que, mesmo posicionados em campos políticos antagônicos, ambos recorreram a uma concepção híbrida da identidade internacional do Brasil – ocidental e não ocidental – para legitimar agendas distintas de política externa. Esse consenso surpreendente revela, por um lado, a força de longa linhagem interpretativa sobre a identidade híbrida do país e, por outro, a capacidade mobilizadora da tradição diplomática, que continua a oferecer alternativas para momentos de reordenamento sistêmico.

Levando em conta que identidades não são essências fixas, mas efeito contingente de disputas discursivas, viu-se como, na década de 1980, Merquior e Batista buscaram articular estrategicamente suas visões: o primeiro para aproximar o Brasil do liberalismo atlântico, o segundo para sustentar a diversificação desenvolvimentista. Ao fazê-lo, mostraram que narrativas sobre "quem somos" funcionam como recursos de poder, habilitando escolhas diplomáticas.

Argumentou-se, ainda, que hoje, em meio ao debate que opõe Ocidente a Sul Global, o Brasil volta a ser interpelado quanto à sua participação em blocos excludentes. O histórico de "dupla inserção" sugere que a força do país repousa precisamente na recusa de dicotomias rígidas: ao insistir numa identidade que é ao mesmo tempo ocidental, latino-americana e Sul Global, o Brasil preserva margem de manobra, ao não abdicar do pluralismo que o caracteriza.

Por fim, este estudo buscou demonstrar de que forma ideias moldam práticas e são, ao mesmo tempo, moldadas por elas. Assim, reconhecer o Brasil como "um país que é e não é", em lugar de significar um paradoxo, representa alternativa estratégica para lidar com as incertezas de um mundo em transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, Daniel. A Vida Política. In: AARÃO REIS, Daniel (coord.). *História do Brasil Nação, vol. 5: Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010).* Rio de Janeiro: Objetiva, p. 75-125, 2014.

ABL, Academia Brasileira de Letras. *José Guilherme Merquior: Biografia*. Disponível em: http://www.academia.org.br/academicos/jose-guilherme-merquior/biografia. 2016.

ACHARYA, Amitav. Global international relations (IR) and regional worlds: a new agenda for international studies. *International Studies Quarterly*, v. 58, n. 4, p. 647-659, 2014

AMORIM, Celso. Brazil and The Global South. Em: FORTÍN, Carlos.; HEINE, Jorge.; OMINAMI P., Carlos. (Eds.). *Latin American foreign policies in the new world order: the active non-alignment option*. London, New York: Anthem Press, p. 251–262. 2023.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Ocidente e o Terceiro Mundo: Aspectos Políticos (1983). In: BATISTA JR., Paulo Nogueira Batista (org.). *Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil - ensaios e palestras*. Brasília: FUNAG, p. 281-292, 2009

BATISTA JR., Paulo Nogueira (org.). *Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil - ensaios e palestras*. Brasília: FUNAG, 2009.

BEQUELIN, Nicholas. No, BRICS Isn't Trying to Rival the West. *Foreign Policy.* Disponível em: https://foreignpolicy.com/2024/10/30/brics-summit-kazan-declaration-global-south-russia-china-iran-west-global-order/. 30 de outubro de 2024.

BHABHA, Homi K. (Org.). *Nation and narration*. London: Routledge, 1990.

BHABHA, Homi K. *The location of culture*. London: Routledge, 1994.

BHATT, Anjali. The BRICS countries' inability to define its identity limits action. *PIIE – Peterson Institute for International Economics*. Disponível em: https://www.piie.com/blogs/realtime-economics/2024/brics-countries-inability-define-its-identity-limits-action. 7 de novembro de 2024.

CASARÕES, Guilherme. As ideias de volta ao lugar: o liberalismo social encontra o outro Ocidente na obra de José Guilherme Merquior. *Revista Estudos Políticos*, v. 6, p. 321-341, 2016.

CASTELAN, Daniel Ricardo, A implementação do consenso: Itamaraty, Ministério da Fazenda e a liberalização brasileira. *Contexto Internacional,* v. 32, n. 2, p. 563–605, 2010.

CHIVVIS, Christopher; GEAGHAN-BREINER, Beatrix. Brazil in the Emerging World Order. *Carnegie Endownment for International Peace*. Disponível em: https://carnegieendowment.org/research/2023/12/brazil-in-the-emerging-world-order?lang=en. Acesso em:18 de dezembro de 2023.

ESCOREL, Sílvia. Paulo Nogueira Batista. In: ABREU, Alzira Alves de, et. al. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ESTRE, Felipe. When diplomacy meets academia: diplomatic non-fiction in Brazil. *Third World Quarterly*, v. 46, n. 1, p. 20–37, 2025.

FIGUEIREDO, João Baptista. Mensagem do Presidente João Figueiredo ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa, em 1° de março de 1980. *Resenha de Política Externa do Brasil*, n. 24, p. 3-17, 1980.

GIELOW, Igor. Brasil é, até onde sei, um país do Ocidente, diz chanceler. *Folha de S. Paulo,* 23 de outubro de 2024.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: Ficção e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, Feliciano De Sá. The uneasy 'well-placed' state: Brazil within Latin America and the West. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 33, n. 4, p. 603–619, 2020.

HALL, Stuart. Introduction: Who Needs 'Identity'? *In*: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (Eds.). *Questions of Cultural Identity*. Londres: SAGE Publications, 2011 [1996], p. 1–17.

HOGAN, Erica.; PATRICK, Stewart. A Closer Look at the Global South. *Carnegie Endownment for International Peace*. Disponível em: https://carnegieendowment.org/research/2024/05/global-south-colonialism-imperialism?lang=en. 20 de maio de 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KATZENSTEIN, Peter. Introduction: Alternative Perspectives on National Security. In: KATZENSTEIN, Peter (ed.). *The Culture of National Security*. Nova York: Columbia University Press, p. 44-70, 1996.

LAFER, Celso, et. al. (org.) *José Guilherme Merquior: Diplomata*. Brasília: FUNAG, 1993.

LIMA, Lucas Oliveira Barbosa. O Negociador: Um perfil do embaixador Paulo Nogueira Batista. *Revista JUCA,* n. 4, p. 6-21, 2012.

MERQUIOR, José Guilherme. Linhas do Ensaísmo de Interpretação Nacional na América Latina (1981). In: MERQUIOR, José Guilherme. *O Argumento Liberal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 217-231, 1983.

MERQUIOR, José Guilherme. Power and Identity: Politics and ideology in Latin America. *Government and Opposition,* vol. 19, n. 2, p. 239-249, 1984.

MERQUIOR, José Guilherme. O Outro Ocidente. *Presença*, n. 15, p. 69-91, 1990.

MIA, Irene. Reshaping global governance: the Global South, BRICS and the West. *IISS - International Institute for Strategic Studies*. Disponível em:https: //www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2024/10/reshaping-global-governance-the-global-south-brics-and-the-west/>. Acesso em:23 de outubro de 2024.

PALIERAKI, Eugenia. The Origins of the 'Third World': Alfred Sauvy and the Birth of a Key Global Post-War Concept. *Global Intellectual History*. 2023.

PEREIRA, José Mario. O Fenômeno Merquior. In: COSTA E SILVA, Alberto da (org.). *O Itamaraty na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 475-506, 2002.

PINHEIRO, Leticia; VEDOVELI, Paula. Caminhos cruzados: diplomatas e acadêmicos na construção do campo de estudos de política externa brasileira. *Revista Política Hoje*, v. 21, n. 1, p. 211-254, 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2023. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Cúpula Virtual Vozes do Sul Global. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-segunda-cupula-virtual-vozes-do-sul-global. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

ROUANET, Sérgio Paulo. "José Guilherme Merquior". In: VILAÇA, Marcos Vinicios, PROENÇA FILHO, Domício (org.). *Mesa Redonda em homenagem aos 70 anos de José Guilherme Merquior (14 de abril de 2011),* p. 15-23. Disponível em: http://www.academia.org.br/abl/media/PLAQUETE-JG%20Merquior%20-%2070%20anos%20de%20nascimento-PARA%20INTERNET.pdf. 2011

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEIWERT, Eva. Anti-Western or non-Western? The nuanced geopolitics of BRICS. *MERICS – Mercator Institute for China Studies.* Disponível em: https://merics.org/en/comment/anti-western-or-non-western-nuanced-geopolitics-brics. Acesso em: 25 de outubro de 2024.

SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: Uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Suely Braga da (org.). *Paulo Nogueira Batista: O diplomata através de seu arquivo*. Rio de Janeiro: CPDOC; Brasília: FUNAG, 2006.

SINGER, Paul. O Processo Econômico. In: AARÃO REIS, Daniel (coord.). *História do Brasil Nação, vol. 5: Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010).* Rio de Janeiro: Objetiva, p. 183-231, 2014.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SPEKTOR, Matias. In Defense of the Fence Sitters. *Foreign Affairs*, v. 102, n. 3, p. 8–16, 2023.

STUENKEL, Oliver. Brazil's BRICS Balancing Act Is Getting Harder. *Americas Quarterly.* Disponível em: https://www.americasquarterly.org/article/brazils-brics-balancing-act-is-getting-harder/. Acesso em: 21 de outubro de 2024.

VEDOVELI, Paula. *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma análise da construção da tradição*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VIEIRA, Marco A. (Re-)imagining the 'Self' of Ontological Security: The Case of Brazil's Ambivalent Postcolonial Subjectivity. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 46, n. 2, p. 142–164, 2018.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.